

CORPORALIDADES, GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: O QUE A PEDAGOGIA TEM A ENUNCIAR?

CORPORALITIES, GENDER AND DISSIDENT SEXUALITIES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: WHAT DOES PEDAGOGY HAVE TO STATE?

Rodrigo Nascimento Bispo 1

Suely Cristina Silva Souza 2

José Batista de Souza 3

Resumo: Há muito tempo, a temática de gênero e sexualidade na escola vem ganhando lócus na sociedade, abrindo espaço para debates e estudos para ser (re)conhecida e para a amenização do preconceito. Nesse sentido, este artigo analisa temáticas de gênero e sexualidades nas escolas, objetivando promover uma educação sexual que ultrapasse a questão biológica. Para tal, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Como resultados, foi perceptível que o tema gênero e sexualidade na escola e a contribuição da pedagogia na formação do indivíduo e de suas potencialidades, são relevantes para que as variações da diversidade sejam respeitadas e valorizadas dentro do contexto educacional e social. A discussão da temática também promove uma educação que não visa apenas o sexo biológico, mas também a formação da identidade e construção do ser humano dentro das singularidades que são formadas ao longo das vivências pessoais e interpessoais de cada um.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Pedagogia. Sexualidade. Sociedade.

Abstract: For a long time now, the topic of gender and sexuality at school has been gaining locus in society, opening up space for debates and studies to be (re)recognized and to alleviate prejudice. In this sense, this article analyzes themes of gender and sexualities in schools, aiming to promote sexual education that goes beyond biological issues. To this end, we opted for qualitative research, of a bibliographic and documentary nature. As a result, it was clear that the topic of gender and sexuality at school and the contribution of pedagogy to the formation of the individual and their potential are relevant so that variations in diversity are respected and valued within the educational and social context. The discussion of the topic also promotes an education that not only aims at biological sex, but also at the formation of identity and construction of the human being within the singularities that are formed throughout each person's personal and interpersonal experiences.

Keywords: Education. Gender. Pedagogy. Sexuality. Society.

- 1 Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Nordeste da Bahia (FANE), Coronel João Sá, Bahia, Brasil. E-mail: rodrigonascimentho2@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3712239748935513>; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6050-8189>.
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Professora da Faculdade do Nordeste da Bahia (FANE), Coronel João Sá, Bahia, Brasil; E-mail: suelycss35@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6918132552062204>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1198-698X>.
- 3 Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Professor das Redes Estadual e Municipal da Bahia, Coronel João Sá, Bahia, Brasil. E-mail: batistinhadesouza@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8983148360089126>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9722-8818>.

Introdução

O tema da diversidade sexual está na “ordem do dia” da escola, devido à importância que tem para a formação do sujeito. Assim, torna-se essencial que essa discussão seja frequente no ambiente escolar, de modo que toda a diversidade seja respeitada e valorizada, pois, “a sexualidade é um importante constituinte de identidade e personalidade, que se expressa de diferentes maneiras no indivíduo, influenciando sentimentos, pensamentos, interações e conseqüentemente a saúde física e mental” (Silva *et al.*, 2023, p. 2). Além disso, é esperado que a escola ensine aos alunos que educação sexual não tem a ver com informações a respeito de sexo. O propósito principal é trabalhar valores, atitudes e comportamentos que possam ajudar os alunos no seu contexto social, a enxergar as questões relativas à sexualidade de forma clara, sabendo cuidar do seu corpo e da sua mente da forma apropriada (Saito; Leal, 2020).

Presente em diversos espaços escolares, a referida temática ultrapassa fronteiras disciplinares, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto que poderia e/ou deveria ser abordado na sala de aula. No entanto, de acordo com Silva Junior (2012), quando a temática é sexualidade, a escola ainda oferece certos obstáculos para discuti-lo, quando deveria, conforme Ribeiro *et al* (2019, p. 69), “[...] se constituir como um local para resguardar todos que, diariamente a frequentam, e promover a cidadania e a democracia, por meio do convívio cotidiano com as diferenças”.

Como instituição, e da forma conservadora como está organizada, ela constringe a aparição de diversos elementos da cultura no interior dos muros, e tenta uniformizá-los, ao ignorar, refrear e paralisar as diferenças. Nesse contexto, é perceptível, conforme Santos *et al* (2021, p. 13), que “[...] o conservadorismo está presente na BNCC, principalmente, no tocante às temáticas de etnia, cor, gênero, sexualidade, pertencimento cultural, temas sociais controversos que dizem respeito às minorias sociais”.

Assim, falar sobre corporalidades, gênero e sexualidades na escola é abrir espaço para a descoberta das sexualidades dos indivíduos que, por muitas vezes, se descobrem neste ambiente. No entanto, tais discussões continuam sendo vistas como um tabu. Assim, é necessário compreender que a escola não é um espaço isolado da sociedade. Ela precisa ser vista, cada vez mais, como um espaço de reflexão, desconstrução e aprendizagem. Desta forma, os agentes sociais que a compõem, não podem calar-se ou negar-se a tratar de um assunto tão necessário para o desenvolvimento dos/as educandos/as e para o bem estar social.

A escola é também lugar de falar sobre corporalidades e sexualidades, afinal, são muitos corpos que permeiam este universo, logo, é preciso que o debate aconteça, no sentido de orientar tantos estudantes que não sabem lidar com questões relativas à sexualidade, pois em casa esse assunto geralmente não é discutido também, seja pela falta de preparo dos professores, seja pelo medo da repercussão que a discussão pode causar dentro e fora da escola. Nesse viés, é preciso se pensar as questões de gênero “[...] dentro do ambiente escolar, e que o conceito seja trabalhado como algo dinâmico, constituído de variáveis sociais, culturais e históricas, no qual o indivíduo possa se perceber um ser plural” (Ribeiro *et al.*, 2019, p. 67).

Muitos pensam que a sexualidade é algo que todos nós possuímos naturalmente. Seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora nas corporalidades e na suposição de que todos vivem a sexualidade da mesma forma. No entanto, entender a sexualidade envolve profundamente fatores culturais. Através de processos culturais, definimos o que é, ou não, natural. As concepções que temos a respeito de um determinado assunto são construídas socialmente no contexto de uma determinada cultura. A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, é também social e política. É “aprendida”, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os indivíduos (Louro, 2000).

É importante considerá-la tal como explicita Weeks (1999), isto é, como algo que envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídos e historicamente modeladas, que permitem a homens e mulheres viverem de determinados modos seus desejos e seus prazeres corporais. Nesse sentido, a orientação sexual é vista como instrumento para englobar a diversidade de inúmeras vértices que compõem a sexualidade, sendo necessário um olhar atento e acolhedor para a diversidade na mais ampla acepção do termo, uma vez que essa

temática, apesar de necessária no âmbito educacional, não é das mais simples de ser discutida, uma vez que “a dificuldade em conduzir uma abordagem sobre o assunto, em especial no ambiente escolar, apresenta-se, justamente, na ruptura de construção de papéis sociais e de determinismos pré-estabelecidos” (Ribeiro *et al.*, 2019, p. 66). Tal atitude pode, conforme os autores, entrar em choque com padrões de escola e de sociedade presentes no universo escolar.

Diante disso, é sabido que dentro do ambiente escolar e na Pedagogia, são de grande relevância os questionamentos, discursos e debates acerca dessa temática, já que a escola é um ambiente que não debate com grande frequência esse tema, e acaba fazendo com que a dúvida seja instalada na cabeça dos jovens, e temas como esse precisam ser comentados, debatidos e discutidos com o foco de pluralizar a diversidade de gênero e sexual. E dentro da Pedagogia, o público é grandemente formado por mulheres - poucos são os homens que integram esse curso e, por grande parte geralmente ser composta por mulheres, traz à tona a questão do gênero masculino não se integralizar com maior grandeza dentro da área profissional mencionada.

Cada vez mais, no ambiente escolar, as questões de corporalidades, gênero e sexualidades trazem inúmeras incitações e reflexões. Diante disso, é importante ressaltar que os professores precisam se preparar para lidar com o tema, saber discuti-lo de maneira didática, coerente e assertiva, trazendo à tona a importância de falar sobre esses assuntos, respeitando as vivências, opiniões, e pensamentos de cada um, mostrando o quão diverso é o ambiente em que estamos inseridos, e fazendo com que haja uma pluralização das sexualidades e identificações durante o percurso educativo.

Dentro do contexto educacional, as corporalidades são utilizadas como forma de mediar as construções e características do conhecimento que cada um adquire. Mas, em contrapartida, as corporalidades também são negadas, invisibilizadas, ocultadas e não ouvidas em determinadas ocasiões, podendo até serem esquecidas dentro da execução, por isso, também é importante considerar as corporalidades como meios de aprendizado, pois elas falam de diferentes maneiras.

Diante desses pontos, destaca-se a extrema relevância e urgência em discutir essa temática na formação docente e no âmbito escolar, para possibilitar a inclusão da diversidade sexual e desestabilizar a homofobia. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo promover uma educação sexual que ultrapasse a questão biológica. E como objetivos específicos: possibilitar a discussão acerca de gênero e sexualidades no ambiente escolar; apontar as potencialidades que tais estudos e reflexões possuem no acolhimento e reconhecimento das diferenças; apresentar as contribuições que o campo da pedagogia traz sobre gênero e sexualidades, esclarecendo desafios e possibilidades do tempo presente.

Interessa-nos responder a seguinte questão: Como a temática de gênero e sexualidade deve ser discutida na escola? Não pretendemos trazer respostas definitivas ou construir verdades absolutas, mas, apontar direções e caminhos. E como toda pesquisa, esta está aberta à desconstrução.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, e tem como instrumento de produção de dados uma revisão bibliográfica sobre o tema em voga. Optamos por dividir o trabalho em três seções, iniciando-se por esta introdução, logo após, na segunda, trazemos alguns conceitos sobre os termos educação, gênero e sexualidades na escola, e os desafios e possibilidades que eles propiciam no tempo atual. Na terceira, apresentamos um estudo sobre as enunciações que o gênero e a sexualidade fazem na Pedagogia, com o intuito de promover um conhecimento educativo que vá além dos fatores biológicos. Para Freire (1992), o corpo e a mente representam componentes que integram um único organismo, e devem ter assento na escola, ou seja, a mente não é para aprender e o corpo para transportar, mas ambos, para se emancipar.

Educação, Gênero e Sexualidades: desafios e possibilidades do tempo presente

O termo gênero “[...] é uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas” (Carvalho *et al.*, 2009, p. 18), pois é esperado que homens e mulheres ajam

conforme o seu sexo biológico. Portanto, todos somos diferentes e ninguém pensa e age da mesma forma, cada um tem a sua personalidade. Os homens não são iguais uns aos outros, nem as mulheres.

Nesse caso, há, no contexto social, a expectativa de que homens e mulheres vivam conforme os padrões pré-estabelecidos socialmente, sendo alvo de críticas duras e perseguições gratuitas, caso forem de encontro ao esperado pelas instâncias normativas, pois “[...] pessoas que não se encaixam nas normas heteronormativas [...] possivelmente [...] sofrerão algum tipo de preconceito (como zombarias, insultos, perseguição, violência etc.) e isso, certamente, afeta suas vivências de alguma forma” (Ribeiro, 2022, p. 233). Isso porque “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso” (Foucault, 1989, p. 127).

Diante do exposto, tais fatos ocorrem porque a sociedade prega a questão da heteronormatividade dos corpos, impondo que as pessoas se comportem conforme os papéis que são estabelecidos para os gêneros masculino e feminino. A esse respeito, Butler (2003) compreende essa forma de a sociedade agir em relação à sexualidade dos sujeitos (impositiva, persecutória e punitiva) como instituição compulsória e naturalizada das normas binárias de gênero, desrespeitando questões mais íntimas e profundas do ser humano que perpassam a questão do gênero no qual ele “se enquadra”. Tais normas são reguladas pela heterossexualidade, que dita de que forma homens e mulheres devem agir socialmente em relação às suas atitudes relativas ao sexo, isto é, seguindo um princípio linear entre sexo, gênero e orientação.

Nessa perspectiva, é natural que pessoas LGBTQIA+ sintam-se confusas e amedrontadas ao perceberem-se enquanto sujeitos desviantes desse padrão heteronormativo. A necessidade de atender às expectativas impostas por esse sistema acaba gerando modelos previsíveis de sujeitos, com pouco espaço para a agentividade, uma vez que quem está dentro do sistema deve atender às regras hegemônicas. Tal realidade, por vezes tão bruta e dolorosa, dificilmente não deixa marcas nas trajetórias dessas pessoas e, por isso, quem sofre estigma por não se adequar às normas e às condutas previstas cria espaços seguros, que funcionam como um lugar de escuta para expressar opiniões e vivências (Ribeiro, 2022, p. 232-233).

Nota-se, assim, os problemas e dilemas das pessoas LGBTQIA+, uma vez que, “[a] instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2003, p. 45). “Embora as sociedades já tenham avançado de forma significativa na agenda LGBTQIA+, as reações negativas relacionadas a essa comunidade, como preconceito e violência, não são uma novidade em diversos países [...]” (Ribeiro, 2022, p.229).

Assim, ao analisarmos o panorama educacional, é possível perceber que a forma como abordam a sexualidade tomou caminhos diferentes. Dentro desse viés, o conceito de sexualidade, como foi definido por Michel Foucault, em “História da Sexualidade”, vem a ser um caminho pertinente para que pensemos sobre a educação sexual nas escolas. Dentro desse ponto de vista, a visão da educação e orientação sexual é algo controlado, e é justamente nas escolas que se inserem as questões que têm como regra disciplinar os jovens. Nesse viés, a “escola juntamente com outras vertentes sociais, é uma entre as múltiplas instituições que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero” (Louro, 2000, p. 25). Nessa visão,

A heterossexualidade compulsória parece ser o pano de fundo para que pessoas preconceituosas cometam violências e ofensas com quem não segue o padrão heteronormativo. Ademais, ela também pode, de certa forma, ser reafirmada, talvez até inconscientemente, através dos/as homossexuais (Ribeiro, 2022, p. 245).

Desse modo, para além das pessoas preconceituosas, as pessoas LGBTQIA+ ainda têm que lidar entre elas mesmas com pessoas que, de forma inconsciente, também contribuem para a perpetuação dos preconceitos de gênero, quando afirmam, por exemplo, que nunca foram alvo de homofobia por não ter o estereótipo de homossexual (ser afeminado, por exemplo), ou quando dizem que não veem a necessidade de casais hétero ou homo estarem trocando carícias em público. No primeiro caso, o do estereótipo, a própria pessoa, inconscientemente, sente-se mais confortável em relação às outras pessoas que são apontadas ou atacadas por se enquadrar num estereótipo que a sociedade criou para distinguir as pessoas, quando deveria sentir-se de outra forma. No segundo, negar o direito de duas pessoas do mesmo sexo trocarem carícias em público alegando que também não é a favor de pessoas de sexo oposto fazendo o mesmo é mais uma forma de preconceito, pois em relação aos casais hétero, sempre houve certa liberdade para esse comportamento.

Não há como negar que cada vez mais, a questão de gênero e sexualidade na escola vem ganhando notoriedade em grande escala, fazendo com que as escolas se sintam com o dever de abranger esse tema, mas ainda requer muita dificuldade de trabalhar esse assunto em sala de aula, pois muitos não se sentem à vontade para falar sobre e, muitas vezes, são desinformados do conteúdo e acabam cometendo grandes erros. Nesse ínterim,

[...] para que a escola seja um espaço democrático, é preciso deixar que as conversas aconteçam e munir o professor de conhecimentos que junto aos seus possam compor práticas de convívio harmonizador. Para isso acontecer, todos os profissionais envolvidos com a questão educacional devem ter um olhar amplo e plural, quanto às questões de identidade de gênero que se apresentam, diariamente, na escola (Ribeiro, 2019, p. 72).

Assim, é necessário que haja essa inclusão de maneira ativa na escola, discutindo-se a temática sem se apegar ao que é certo ou errado, denotando o quão grande é a diversidade de gênero em todos os espaços, principalmente na escola, onde existem inúmeros jovens descobrindo a sexualidade. Dessa forma,

[...] é imprescindível que a educação sexual seja trabalhada desde o início da educação básica, respeitando os limites pedagógicos e éticos, de modo a propiciar o conhecimento e conscientização dos estudantes a respeito de sua sexualidade e dos riscos e perigos sociais, biológicos, para que assim possa contribuir com a formação do estudante, como cidadão crítico e autônomo, preparado para tomar decisões individuais e sociais, em concordância no respeito às diferenças e ser humano em geral (Silva *et al*, 2023, p.22).

Nesse contexto, as discussões sobre a temática podem gerar inúmeros questionamentos e debates na escola, pois, ainda se tem uma visão que temas como esse não devem ser tratados de maneira acentuada. É de extrema relevância que ocorra essa discussão, pois é através dela que podemos fazer com que esse assunto seja viabilizado, de modo que aconteçam mudanças positivas, e retire a imagem que a escola prega sobre a heteronormatividade, uma vez que as pessoas classificadas como heterossexuais são valorizadas, ouvidas e respeitadas, já que acreditam que somente as pessoas heteros são normais. Desse modo, “[...] a heterossexualidade compulsória é um ponto central nas vivências relatadas envolvendo preconceito, visto que ela regula as condutas esperadas a partir dos padrões de feminilidade e masculinidade” (Ribeiro, 2022, p. 246-247).

A escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade – um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão (Warner, 1993). Diante dessa fala, é possível perceber que a escola prega o que é correto na formalidade, e não o que é diverso, ou seja, acredita que somente a heterossexualidade é natural, e as diversas sexualidades existentes são coisas que foram criadas ao longo do tempo

através da construção do homem.

Louro (2008, p. 70) aponta que “[...] a ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados”. Para evitar este fato, é de grande valia que aconteça uma desestruturação de atribuições normativas entre o “masculino e o feminino”, já que a escola tem como tendência modelar a formação e a maneira como os indivíduos se comportam diante dos papéis de gênero que são impostos pela sociedade.

A escola é um lugar onde se controla, através de regras, a forma como o aluno deve se vestir, os horários, o desempenho obtido, as relações com as pessoas, e a maneira como agir, dessa forma, muitos acabam internalizando o que ela defende. Partindo disso, a escola vem como um espaço de ordenação das corporalidades que compõem a estrutura do ambiente escolar. Nessa perspectiva, tudo o que o indivíduo faz é analisado, observado e, quando ocorre algo errado, logo vem a repressão. O ambiente educacional tem como objetivo a formação de homens e mulheres de forma tradicional, entendendo-se por forma tradicional tudo aquilo que é dito como correto diante dos padrões que a sociedade impõe, a exemplo do conservadorismo.

Se um menino é visto com roupas da cor rosa, ou brinquedos de meninas, logo é dito que “Isso não é cor que homem usa, menino, e muito menos esses brinquedos”. A mesma coisa acontece com as meninas que não se vestem da forma usual, como a sociedade prega. Se uma menina é vista com uma roupa despojada, folgada, ou até com características masculinas, é dito “Menina não se veste dessa forma, e sim mais arrumadinha”. Ou seja, a escola vem moldando as atitudes desde cedo, destacando somente os sentimentos heterossexuais, e ocultando os comportamentos não heterossexuais.

Conforme Foucault (1998), não é que há uma negação da sexualidade, mas uma constrição dela a certos lugares. Ou seja, a escola não tenta negar as sexualidades dissidentes. Na verdade, o que se observa é que há uma imposição de adaptação dos alunos à norma heterossexual. Assim, eles precisam se adaptar ao ambiente escolar (com uniformes, horários, comportamentos estimulados, etc).

Para Foucault (1998) a sexualidade é uma invenção social, ou seja, se constrói através das vivências com os demais na sociedade, fazendo com que o discurso das escolas se normalize, regule, e que ganhem força através dos discursos que fazem a promoção das “verdades”. A sexualidade envolve um processo recorrente e não é retilíneo, trazendo novos conhecimentos para que possamos fazer um balanço através das percepções, com o intuito de saber quem somos. É um processo que perpassa meios históricos, culturais e sociais, e até de maneira específica. Vimos ao mundo com inúmeras variações de capacidades biológicas. Todo o restante é formado ao longo da vida, através das vivências, sensações, experiências e inúmeras coisas que permeiam a formação do ser humano na sociedade (Foucault, 1998).

É notório que as escolas são parte da sociedade, não podendo se ausentar das coisas positivas e negativas que são feitas nelas. A escola influencia no modo de pensar e da socialização com a sociedade e, em certas partes, acaba influenciando de maneira transformadora a vida de cada um. A escola abrange diversas partes da sociedade, questão de gênero, cultura, raça, se faz responsável em conjunção com os estudantes, famílias, lugar onde vive, e até mesmo as Organizações Não Governamentais (ONGS), que possuem um viés de acolhimento para a construção da valorização das diversidades.

A sexualidade no ambiente escolar não pode ficar de maneira invisível ou oculta. Ela deve ter a atenção das escolas, e não deve ser vista apenas como mais uma obrigação dos educadores. Dessa forma, nota-se que o currículo escolar não é algo isento, pois a sexualidade está em todas as esferas, em cada espaço, em dados, e também em todas as áreas do conhecimento presentes na sociedade, valorizando ou até mesmo negando. Nesse contexto,

[...] a regulamentação da temática sofre idas e vindas e, no cenário político atual, em virtude da representatividade de políticos conservadores e fundamentalistas religiosos, as políticas públicas educacionais de combate à violência e à desigualdade de gênero vêm se indeterminando nas escolas públicas brasileiras. Um exemplo desse contexto é a extinção

do Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004). Em 2011, apoiadoras/es do MESP, bem como certas facções católicas e neopentecostais ocupantes de cadeiras no Congresso Nacional e influentes em alguns grupos sociais, oprimiram com intensidade o programa, argumentando que o material produzido pelo Escola sem Homofobia seria uma propaganda LGBT+ ou uma espécie de “kit gay” responsável por converter estudantes em homossexuais e por transformar o estudo do gênero em um laboratório de perversão nas escolas (César & Cunha, 2016; Furlan & Carvalho, 2020). Tal posição levou Dilma Rousseff a vetá-lo, fato que angariou adeptos contrários a uma suposta “ideologia de gênero” (Santos *et al.*, 2021, p. 5).

Diante do trecho acima, percebe-se o quanto questões políticas podem atrapalhar o bom andamento das questões educacionais, pois, em nomes de interesses políticos, assuntos importantes para a formação geral dos alunos saem da pauta de discussão nas escolas por pura imposição e falta de noção sobre as questões relativas à sexualidade. As declarações, em demasiadas vezes, é algo taxativo, preconceituoso, que reduzem ao sexo, reprodução. Assim como nos denota o texto base da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, bissexuais, transgênero (LGBT¹):

Políticas socioeducacionais, práticas pedagógicas, formação de qualidade e o reconhecimento das diversas orientações sexuais e identidade de gênero, contribuem para a melhoria do contexto educacional e apresentam um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola, em favor da consolidação da democracia (Texto-base da Conferência Nacional LGBT, p. 19, 2008).

Podendo também salientar que, caso a formação dos professores e professoras não insiram a discussão acerca da sexualidade, a formação continuada se torna algo ainda mais necessário para se preencher esse vazio. Nessa lógica pensar em formação de professores é pensar que:

Formar requer uma ação profunda sobre a personalidade, possibilitando uma transformação no sujeito, o que implica tanto a transmissão de conhecimentos quanto a transmissão de valores. A formação conduz à transformação de uma pessoa em professor e professoras baseada em traços e características que imaginamos possuir um professor e uma professora (Ferrari; Martelli, 2013, p. 63).

Assim, “[...] uma formação continuada que gere discussões, explicações e justificativas sobre as práticas cotidianas pode ser um dos caminhos [...] para a [...] reconstrução de conceitos que reproduzem pré-conceitos e discriminações” (França; Calsa, 2008, p. 07). Tais pensamentos fazem defesa para que a discussão de gênero e sexualidade na escola se internalize, ganhe força, e consiga romper os muros que ainda ocultam a viabilização da temática, podendo construir um ser reflexivo, autônomo e político.

Se a escola estiver apta a contribuir de maneira ampla e significativa na formação dos estudantes, precisa-se tratá-los como seres sexuados, já que a sexualidade é algo pertinente na vida, podendo gerar uma compreensão do aluno através do reconhecimento de cada um, discutir, problematizar e dialogar sobre questões como essas, fazendo com que o educando consiga se entender dentro da sua sexualidade, conhecimentos, curiosidades, dúvidas e anseios.

No âmbito escolar, é possível encontrar diversas formas de manifestações de diversidade sexual, podendo encontrar as marcas nas paredes, desenhos, palavras que refletem uma conotação erotizada, inúmeras vertentes que possibilitam as descobertas da sexualidade, trazendo também a formação e reconhecimento das corporalidades, das sensações, dos sentimentos, das relações com as pessoas, namoros, e prazeres que compõem esse campo tão grande e relevante - a sexualidade,

1 Salientamos que a sigla está reduzida, em comparação com a sigla mais atual, devido ao fato de o texto ser de 2008, quando era composta apenas por quatro letras. Não encontramos nenhuma citação atual da referida conferência com esse mesmo texto.

que se faz presente em todos os cantos da escola, atravessando pessoas, caminhos, horizontes.

Lidar com essa questão na escola é algo que precisa de foco, empatia e autonomia, podendo também fazer com que os professores repensem a sua sexualidade. Por mais que um grande número de pessoas se neguem o papel o qual é colocado, somos educadores sexuais, se fizermos uma análise de toda a trajetória de trabalho. Em diversos momentos, pode ter acontecido um movimento silenciador diante da angústia de um aluno, com a repressão do comportamento do indivíduo, ou até mesmo esse assunto nem sequer seja tocado em sala de aula.

Entendemos que a introdução do assunto sexualidade no currículo traz diversas discussões que englobam a temática, que não observa somente o caráter biológico ou psicológico, mas a desestigmatização dos preconceitos, inverdades, mitos, tabus, preconceitos e as imagens que compõem a estrutura social, cultural e regional, e gerando mudanças. Desta forma, é necessário que aconteça uma contextualização do currículo “[...] a discussão da sexualidade fascina muitos e apavora outros tantos; ou talvez melhor seria dizer que ela fascina e apavora, ao mesmo tempo, a muitos” (Furlani, 2005, p. 10).

Embora a BNCC vincule a sexualidade às dimensões afetivas e sociais, a leitura dos textos aponta para a redução da questão da sexualidade a uma dimensão biológica, além de ter como foco a adolescência como fase reprodutiva e a priorização de aspectos anatômicos, fisiológicos, hormonais e da reprodução humana, ou seja, trata-se de um documento pautado na perspectiva da genitalidade (Santos *et al.*, 2021, p.14).

Essa forma de abordar a sexualidade é uma estratégia de desviar o foco da sexualidade (suas diversas formas), dando destaque para as questões heteronormativas, como se a heterossexualidade fosse o exemplo a ser seguido. Nesse caso, tal visão acaba abrindo precedentes, no contexto social, para a potencialização dos entendimentos normativos das vivências afetivo-sexuais, com ênfase na biologização da diversidade, contribuindo, desse modo, para a perspectiva heterossexual como a sexualidade normativa e bem comportada – a que deve ser seguida (Santos; Carvalho, 2019).

A sexualidade e suas variações geram várias questões e se estabelecem em um conteúdo complexo, que gera controvérsias. Não é que a sexualidade seja algo que não exista no ambiente escolar, mas talvez pela tentativa de ocultá-la, negá-la e proibi-la. Na escola esse tema faz com que muitos se fascinem, mas, ao mesmo tempo, o medo vem a ser crescente. Entretanto, Louro (1997) nos diz que a sexualidade está presente na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.

Assim como a inteligência, a sexualidade será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem, de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz na região genital e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou “julgamento” do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças atribuídos à sua busca de prazer, os quais estarão presentes na sua vida psíquica (Brasil, 1997, p. 296).

Com base neste fundamento, é possível perceber que o tabu e a forma como o conservadorismo assola esse tema, o define por crença quando o professor fala e faz abordagem sobre o assunto, acreditando que poderá incentivar os alunos a pensar em relações sexuais, pornografia e erotização. A escola age com receio, por medo de acontecer represália, já que usa o fator biológico para o ensino com ênfase na heterossexualidade e nas relações normativas, sem abranger outras formas de afetividade existentes na sociedade.

A autora Braga (2014) aponta que a sexualidade se tornou um tema trabalhado em sala de aula, que conseguiu maior relevância no Brasil, na metade da década de 1980, gerando inúmeros projetos que tinham como objetivo o combate da AIDS/HIV². Ainda existem grandes desafios nas

2 Para maiores informações acesse o site: <https://bvsm.s.saude.gov.br>

instituições, pois não discutem o assunto de maneira adequada, como se fosse missão da escola ou ação educadora sexual, já que utilizam muito da heterossexualidade e poderiam abordar outras sexualidades que expressem a formação humana sem priorizar um tipo específico de sexualidade.

Dentro da escola, é posto um discurso que poderá firmar a heteronormatividade, pois a relação entre os sexos opostos é dita como regra social a ser seguida e se torna algo inquestionável, sem discussão e pregado como “normal”. Admitir que é homossexual, bissexual ou lésbica requer muita coragem, e não é nada fácil para muitos que vivenciam. O clima que a sociedade prega é algo negativo, cheio de visões que promovem questões do pecado e religiosas, que repreendem também a sexualidade do indivíduo, pois existem religiões que vêm com uma imagem de pregar o que se deve ou não fazer (Jesus, 2008).

As maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos da experiência social. Assim, “[...] não existem corpos livres de investimento e expectativas sociais” (Bento, 2004, p. 125). Todos são vistos como objetos de pesquisa, já que os olhares atravessam todos. As expectativas são colocadas de maneira acentuada, esperando-se algo linear e correto. A análise é feita recorrentemente, por mais que muitos não consigam enxergar a forma como é visto pela sociedade, porque diversas vezes acontece de maneira branda, velada, e nem sempre é escancarada.

No ambiente pedagógico, ainda é difícil falar sobre esse tema, porque dentro desse meio, ainda é notado que a escola prega o sexismo e a heterossexualidade, mas é possível perceber que há uma grande resistência em tocar no assunto sexualidade. A construção do gênero não acontece somente na escola, ocorre também dentro de casa, na igreja e nas vivências do indivíduo ao longo da vida. Dentro desses lugares se constrói o aprendizado, que ajuda a desenvolver o pensamento crítico e faz referência ao que é certo e adequado, ocultando as diversas formas de ser e estar no mundo, e isso pode ser promovido até pelos próprios professores, que não falam muito no assunto.

Por outro lado, as Diretrizes Nacionais da Educação vêm com um movimento para que haja um rompimento dentro das práticas pedagógicas, fazendo com que as questões raciais, religiosas, étnico-raciais, regionais, socioeconômicas, de gênero e sexualidade sejam assuntos não dominantes. Isto é, a educação deve caminhar para a construção de subjetividade lúcida e crítica, quebrando com a ideia de reproduzir padrões onde indivíduos são considerados mais superiores que outros (Brasil, 2009).

Segundo Madureira e Branco (2015), os professores se encontram despreparados para lidar com esta demanda, mesmo tendo a concepção do papel pedagógico diante destas questões. Isso acontece porque eles também podem ser agentes reprodutores da cultura sexista e homofóbica ou têm a preocupação de ir contra a educação familiar, ficando neutros ao darem suas aulas sem abordar temas tão importantes como esse.

As práticas educacionais ainda são influenciadas muitas vezes pelo contexto da família, pois os pais ainda tentam mostrar aos professores e tentam induzi-los para que não abordem temas tão sensíveis. Por isso, a escola ainda reluta tanto contra essa educação diversificada, que visa mostrar ao educando o que é aceito na sociedade, evitando os temas polêmicos, o que acaba fazendo com que temas tão importantes sejam desconsiderados na formação do ser humano.

Diante disso,

A defesa do argumento de que a educação cabe à família e que a BNCC deve se dobrar aos interesses religiosos evidencia um tenso campo de imposição de saberes e discursos hegemônicos sobre a sexualidade e sobre o gênero, os quais esvaziam a escola de seus sentidos formativos (Santos *et al.*, 2021, p. 16).

Portanto, cabe à escola, instituição social responsável pela formação intelectual do sujeito, clarear essas questões a partir de uma discussão aberta sobre as questões relativas à sexualidade, clamando o apoio dos pais e da sociedade para abraçarem essa causa em prol de uma educação cada vez mais inclusiva, que respeite o ser humano e suas singularidades para além das normas pré-estabelecidas.

Enunciações na Pedagogia: por uma educação para além do biológico

A Pedagogia tem como marca registrada a educação e a formação de crianças, homens e mulheres, fazendo com que seja ensinado o que é dito correto dentro dos parâmetros pessoais e da sociedade, promovendo, por muitas vezes, o foco em contribuir com a formação cognitiva, motora, alfabetização e a socialização dos mesmos. Em outras palavras, as questões de gênero e sexualidade são deixadas de lado, sem enfoque, abordagem e sem sequer falar sobre o assunto dentro da sala de aula.

O conceito de gênero também não se refere mais ao estudo da mulher, ele é um conceito que procura enfatizar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos, desestabilizando dessa forma o determinismo biológico e econômico vigente até então, em algumas das teorizações anteriores (Meyer, 2001, p. 32).

Seguindo o pensamento de Meyer, o que é dito e usual para mulheres, a exemplo, de maquiagens, bonecas entre outros, é oposto ao homem como um efeito de oposição. O que é certo para ser usado em um, deve ser negado ao outro, corroborando cada vez mais com os discursos interpelativos que são exercidos com grande frequência em sala. As crianças podem sentir o desejo de utilizarem coisas do sexo oposto de forma natural, sem que sejam incitadas por um adulto, tornando importante um olhar coerente e empático ao se tratar da temática.

As atitudes dos professores em sala, pela conjuntura social e cultural normativa, visam pregar os bons costumes e pôr em prática somente o que não gere tanta polêmica, fortalecendo a dualidade entre o masculino e o feminino. Dessa forma, poderemos ir em busca de uma educação que realmente exerça um papel que vá além dos fatores biológicos, que se disponham a não verbalizar a questão que haja a diferença entre os sexos.

Vale ressaltar que a formação humana, social e o desenvolvimento corporal é formulado ao longo da vida, dentro de casa, principalmente, pois é onde os pais começam a ensinar os padrões que a sociedade impõe. Esse pensamento é reafirmado na escola, onde o ambiente os paralisa e congela diante das relações humanas e os laços formados entre os colegas. O que é dito correto é falado, mas o que não é tido como correto, não é exposto. A sociedade nega, invisibiliza, retrai, e faz com que as pessoas visem somente ser homem ou mulher, negando as sexualidades existentes no mundo, que são amplas.

O conceito de gênero indica mais ou menos o seguinte: nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho etc (Meyer, 2001, p. 32).

Diante das questões trazidas, possibilitamos uma discussão com apontamentos teóricos sobre gênero e sexualidade na escola, denotando todas as contradições que a escola e a sociedade fazem para se construir um ambiente que é plural com diferentes pessoas, culturas, raças, sexualidades e vivências. Desse modo, por que não discutir um tema que abrange tantas pessoas e grupos? Será que o desafio é falar sobre tais questões sociais ou pessoais, regras da escola ou simplesmente por ser visto como uma coisa que não merece importância, cabendo questionar dentro das escolas essa omissão da diversidade de gênero?

É sabido que a sexualidade ainda é um tabu para muitos, principalmente dentro da área pedagógica, por lidar com crianças em fase de desenvolvimento, professores e a conjunção da hierarquia que dita o que pode ou não, mas que, por outro lado, o conceito de sexualidade sugere uma forma de como as pessoas vivem seus desejos e prazeres sexuais. Nesse viés, para Louro (2000) “[...] as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais” (Louro, 2000, p. 25).

Como podemos notar, há uma dificuldade de inserção do tema na escola, muitas vezes por falta de informação diante do assunto ou por realmente ser um tema que ainda não seja visto como importante para a formação humana e construção da identidade no período da infância. Tal fato não denota o que deve ser feito, mas mostra a amplitude das diversidades sexuais diante das transformações e desconstruções de paradigmas, promovendo uma análise dos gêneros, das diferenças que são inúmeras e dos desafios que a inserção do tema pode trazer em sala de aula. Segundo Guacira Lopes Louro “[...] na escola algumas vezes são desenvolvidas transformações que servem apenas para revestir de novas formas um mesmo processo de desigualdade e discriminação” (Louro, 2000, p. 180).

O autor Junqueira (2010) apresenta a trajetória que a escola vem construindo ao longo dos anos no Brasil, mostrando que o espaço escolar ainda é um local que reflete e emite falas preconceituosas, atitudes que negativam e discriminam as diversas classes sociais, e conseqüentemente frisando a homofobia e o racismo. Esse espaço passa a ser um local que prega a heteronormatividade, e exclui de maneira escancarada as sexualidades que existem nas pessoas, privando-as de conhecer o novo, de abordar novas temáticas, sair do que é normativo, objetivo, partindo para uma educação atualizada, verticalizada e orientada de maneira correta.

O autor Kail (2009) traz como destaque a maneira como as crianças são introduzidas a aprender os comportamentos que terão diante do seu gênero biológico. Esse fato ocorre nas vivências em meios naturais da formação identitária, nas relações humanas e trocas de experiências com pares. A socialização com grupos variados e pessoas diferentes, permitirá a escolha de um local mais abrangente e acolhedor, que favoreça a construção da identidade de gênero e sexual, oportunizando novas formas de socialização que contribuirão para as descobertas de si e dos outros.

A sexualidade não é algo proveniente dos impulsos biológicos, conectados ao sexo, os denominados desejos que vêm da natureza do homem, visto que o conceito de gênero e sexualidade andam imbricados de maneira que um conceito sustente o outro na forma de construir, diante disso pode-se dizer que:

A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascermos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas (Barreto *et al*, 2009, p. 115).

Partindo desta premissa, é possível relatar a visão biológica e a formação diante das situações que estão inseridos, cabendo a uma transformação na educação que visa trazer à tona as potencialidades das pessoas, mostrando um caráter sem pretensão de fazer com que o sexo da pessoa seja o ponto crucial, mas vendo-a e educando-a de forma que não a prive de ser ela mesma. Caso isso aconteça, é um passo muito importante, pois através dessas mudanças, o espaço escolar irá promover uma educação mais aberta e igualitária, respeitando-se as diferenças.

Partindo dos fundamentos de Le Breton (2006), as corporalidades têm papel fundamental na formação do gênero e da sexualidade, pois elas sofrem alterações constantes, desejos, vontades, incitações, tantas coisas que são capazes de promover e contribuir com a formação do ser humano. Liga-se ao eu, à alma, ao ser quem se é, a visão íntima do interior, e que perpassa os fatores externos em ligação com a mesclagem de ideias, pensamentos, e com o compartilhamento de experiências com outras pessoas. As corporalidades precisam de liberdade para se expressar, viver o que querem, o que sonham, o que sentem. Assim, é necessário que as corporalidades não sejam deixadas de lado em nenhuma fase da vida do indivíduo.

O ambiente educacional é um lugar onde se encontra grandes debates sociais, discussões e descobertas, podendo ser um ambiente pacífico, porém nota-se que não é bem assim. Existem inúmeras turbulências que afetam as relações humanas, onde há quem busque por respostas para si e respostas para o outro; um lugar complexo, dinâmico, pluralizado com seres que estão na descoberta de quem são, mas que também buscam respostas em pessoas e fora da escola, podendo

fazer com que entrem em situações conflitantes. Nesse sentido, pode-se dizer que a escola é um ambiente de manutenção de conceitos instaurados e de padrões de gênero, como também pode ser espaço de metamorfoses, aceitação, fala e escuta e autonomia (Meyer, 2005; 2008).

Seguindo nessa lógica, faz-se necessário uma mudança no currículo pedagógico, porque o currículo pode ser transformado, e com isso, respingar nas práticas docentes e educativas. Meyer (2008) sinaliza que, se houver essa interligação e busca pelas mudanças das organizações curriculares, será de grande valia, sendo necessário para a uma educação que venha a trazer perspectivas novas que promovam a discussão da desigualdade que tanto assola os meios sociais. Nessa ótica, há a

[...] necessidade de se investir em discussões que nos permitam, exatamente, exercitar outros olhares sobre as práticas pedagógicas e sobre as relações sociais que se desenvolvem ou que desenvolvemos no contexto escolar. E fornecer os instrumentos para favorecer este tipo de reflexão acerca da própria prática é, do meu ponto de vista, uma grande contribuição dessas teorizações (Meyer, 2008, p. 24).

Partindo dessa lógica, é possível que haja essa mudança no currículo e a abordagem de temas tão necessários de atenção para todos em geral. Um tema de grande relevância seria a Educação Sexual na prática docente. Um pouco complexo, mas iria fazer com que muitos profissionais da educação buscassem aprender sobre o tema de forma geral, havendo resistência, sem dúvidas. A educação sexual se torna indispensável nos dias atuais, como promoção do conhecimento, sem focar nas relações sexuais, como muitos pensam que é.

Ao falar de educação sexual atrelada a gênero e sexualidade, é impossível que não venha a acarretar dúvidas, preconceitos e concepções pessoais que cada um teria diante do que é a educação em si. A falta de informação gera essa desconfiança sobre a inserção da educação sexual nos ambientes escolares, visto que muitos iriam pensar que seriam ensinados a praticarem atos sexuais e obscenos na sociedade, pois com “[...] muita luta é que esse tema ganhou a notoriedade, credibilidade e importância que ele merece” (Nunes; Silva, 2000, p. 32).

Percebe-se que há uma importância na discussão desse tema, que vem ganhando notoriedade, relevância e muitas pessoas buscam pelos trabalhos produzidos para tentar entender e aprender sobre esse mundo que ainda é visto com olhares controversos, mas que vem ganhando forças em todas as esferas sociais e políticas. Portanto, faz-se necessário que haja a inserção da orientação sexual nas escolas, com foco em retirar os estigmas que assolam esse tema tão necessário e de extrema urgência.

Cada vez mais não tem como negar a existência da urgência, pois é notório que essa temática perpassa os muros das escolas e não pode nem deve ser omitida em nenhum ambiente educativo. Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a escola se vê obrigada a trazer esses levantamentos sobre ela, e

[...] propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar as possibilidades de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. [...] propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade [...] (Brasil, 1997, p. 122).

Compreende-se a tamanha precisão da abordagem desses temas em sala, na escola e na sociedade para que todos em comunhão possam estar conectados para serem capazes de ter coragem e força para desconstruir o que é normativo, na busca de um ensino que dê voz a todos e que o objetivo seja ajudar e não podar o pensamento do aluno, mas sim fazer com que haja a discussão constante desses assuntos. Diante de tudo o que foi exposto, torna-se fundamental a

discussão e valorização das vivências dos educandos que compõem a escola, promovendo a busca pela viabilização da identidade e formação do indivíduo como um ser pensante e crítico. Para que as diferenças sejam vistas como fatores normais e passíveis de abordagens dentro do contexto educacional, elas não devem ser vistas como algo inato e sim como algo que merece a proporção que vem tomando. As singularidades existem e são cada vez mais visíveis e necessárias para que tudo e todos possam se sentir acolhidos.

Considerações Finais

As discussões realizadas ao longo dessa pesquisa possibilitaram o debate de gênero e sexualidade na escola, pois é essencial que haja essa argumentação permanente e ativa no contexto educacional, para que cada vez mais seja fortalecida a inserção desse tema nos debates dentro da sala de aula. O estudo objetivou a questão da importância da temática gênero e sexualidades na escola e a contribuição na Pedagogia, bem como na formação do indivíduo e de suas potencialidades, visto que a partir da alteração e apontamentos teóricos utilizados nesta pesquisa, foi possível perceber que há uma grande necessidade de valorização das diferenças na escola.

Nesse viés, a pesquisa bibliográfica buscou realizar uma análise das contribuições e dificuldades que assolam o ambiente educativo e que sofre com o descaso quanto à falta de informação acerca da temática de gênero e sexualidade na escola. Diante disso, é possível notar a fragilidade e urgência de debates para promoção de uma maior discussão e valorização das diferenças dos educandos, que muitas das vezes são interpelados na escola.

Percebe-se que a dificuldade de falar do tema gênero e sexualidade dentro da escola é de extrema importância para todos que a compõe, de modo que possam se capacitar e estar conectados e interligados, para que ocorra a transformação do ensino.

Ademais, a pesquisa possibilitou aos profissionais sentirem-se instigados e com ânimo para buscarem a aprendizagem sobre a temática, com foco em trazer, de maneira dinâmica e objetiva, a valorização das diferenças e da presença das sexualidades existentes na escola. Tais atitudes fazem que ocorra um movimento de mudança, ampliação de conhecimento e desconstrução dos paradigmas que a sociedade impõe.

Nota-se que essa pesquisa vem com o intuito de promover uma educação que varie do fator biológico do educando, que não vise o sexo biológico, mas sim a formação da identidade e construção do ser humano dentro das singularidades que são formadas ao longo das vivências pessoais e interpessoais de cada um. Para tanto, a socialização e a convivência com as diferenças, é de extrema importância para a identificação das potencialidades presentes e para a busca ativa pela desmontagem das visões errôneas sobre o tema.

Referências

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais – livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys estudos feministas**, n. 4, ago-dez. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em 20 de set., de 2022.

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Homofobia na escola**: Análise do livro de ocorrência escolar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) –Educação da faculdade de ciências e tecnologia, UNESP, São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais**. Brasília, v. 10, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual**. EFPB, 2009. Disponível em: www.ufpb.br/contents/noticias/didaticos/glossarioEscolasPlurais1. Acesso em 20 de set., de 2022.

FERRARI, Alexandre Sebastião; MARTELLI, Andréa Cristina. Formação de professores, educação sexual e PCNs: um olhar. MACNHOPE, Elenita Conegero Pastor; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; BUSSE, Sanimar (orgs). **Ação e reflexão: a prática de ensino e seu espaço do fazer pedagógico nos cursos de licenciatura**. Cascavel, Gráfica Imprecolor, 2013, p.63.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes**. Florianópolis. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Franca-Calsa_40.pdf Acesso em 20 de set., de 2022.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1992.

FURLANI, Jimena; **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

JESUS, Beto de *et al.* Diversidade Sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: **ECOS – comunicação em sexualidade**, 2008, p.10.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. Santa Catarina: **Fazendo o Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.p 2.

KAIL, Robert V. **A criança**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva dos professores (as). **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MEYER, Dagmar E. Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. In: SCHOLZE, Lia. (Org.). **Gênero, memória, docência**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2001, p.32.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, violência e educação. **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**, realizada em Caxambu/MG, no período de 16 a 19 de outubro de 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e sexualidade na educação escolar. In: FELIPE, Jane. Educação para a igualdade de gênero. **Salto para o futuro**. Boletim 26, Ano XVIII, nov., de 2008. p. 20-30.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**. Campinas: Autores associados, 2000.

RIBEIRO, Ana Beatriz Oliveira. Heterossexualidade Compulsória e Violência(s): relatos de experiência de mulheres lésbicas e homens gays sobre preconceito. **Revista Intercâmbio**, v. 51, n. 1, p. 228-249, 2022.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado *et al.* Legislação e Percepção de professores: gênero na escola. **Ciência em Movimento/Educação e Direitos Humanos**, v. 21, n. 42, p. 63-76, dez.2019.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. **Pediatria**, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2020.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. A política do movimento escola sem partido e seus impactos nos conteúdos de ciências e biologia na Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 714-738, 2019.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata *et al.* Escola sem partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2021.

SILVA, Paloma de Oliveira *et al.* Sociedade e Educação Sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro. **SciELO Preprints**, v.1, n. 1, p.1-29, 2023.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves. da. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO. **Revista Lugares de Educação**, v. 1, n. 2, p. 218-238, 2012.

WARNER, Michael (Ed.). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.54.

Recebido em 25 de janeiro de 2024.

Aceito em 21 de março de 2024.